

A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GRÊNIVEL MOTA DA COSTA^{1,*}, UIARA CATHARINA SOARES E SILVA¹
& VALDEMIRO LOPES MARINHO²

¹Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Biológicas, Km 3, Br 116, 44031-460, Feira de Santana, Bahia Brasil.

²Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Educação, Av. Transnordestina, s/n, 44036-900, Feira de Santana, Bahia Brasil.

*Autor para correspondência: (grenivel@gmail.com)

(A contribuição de Paulo Freire para a educação ambiental) – Muitos têm sido os debates sobre a abordagem no ensino da Educação Ambiental, fomentados, principalmente, pelo agravamento da crise ambiental que é fruto da sociedade de consumo. O pensamento ambientalista, em sua trajetória histórica, passou por um processo de amadurecimento revelando que, em seu interior enfrentam-se forças políticas e correntes teórico-metodológicas. Neste contexto, este trabalho objetiva investigar as contribuições trazidas por Paulo Freire ao ensino de Educação Ambiental, nos seguintes livros: *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Esperança*, *Educação e Atualidade Brasileira* e *Professora sim, Tia não*. Na busca desta contribuição foi construído um histórico da educação ambiental e as possíveis abordagens dentro desta. Em síntese, a pedagogia de Freire traz uma importante contribuição teórico-metodológica para uma Educação Ambiental consolidada a partir do diálogo, da percepção de mundo e valorização do conhecimento individual o que pode contribuir para uma formação crítica do sujeito ecologicamente responsável.

Palavras-chave: Educação ambiental, Paulo Freire, sociedade de consumo, crise ambiental.

(Paulo Freire's contribution for environmental education) – There are recurrent discussions about the approach in the teaching of the Environmental Education, fomented, mainly, by the aggravation of the environmental crisis that is a result of the consumption society. The environmentalist knowledge, in its historical path, went by a ripening process revealing that, in its interior, political and average forces theoretic-methodological are faced. In this context, this project aims at investigate the contributions brought by Paulo Freire in teaching Environmental Education, in the following books: *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*, *Pedagogia da esperança – um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, *Educação e Atualidade Brasileira e Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar*. In the search of this contribution a history of the environmental education was built and inside of this, the possible approaches. In synthesis, the pedagogy of Freire brings an important theoretic-methodological contribution to an environmental education consolidated from the dialogue, of the world perception and valorization of the individual knowledge that can contribute to a critical formation of the person ecologically responsible.

Key words: Environmental education, Paulo Freire, consumption society, environmental crisis.

INTRODUÇÃO

Para solucionar os problemas ambientais há três possíveis caminhos que, colocadas em conjunto, podem contribuir para ampliar a capacidade de sustentabilidade do planeta e melhorar a qualidade de vida: ampliação e divulgação do conhecimento científico sobre o funcionamento de sistemas naturais e artificiais, desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a resolução de problemas ambientais complexos e mobilização do governo e sociedade, através de programas de Educação Ambiental (EA).

Há muito que a terceira via é discutida, pode até ser classificada como um tema da moda. Mas ainda há discrepâncias e equívocos em EA: como, quando, suas importâncias, relevâncias, amplitudes... Como resultado, tem-se a prática da EA sem objetivos delineados, conhecimento teórico aprofundado, práxis vazia e muitas vezes repetição de modelos prontos.

Dessa forma, ampliar os referenciais teóricos para a EA passa a ter grande importância para dar suporte a este tema transversal que objetiva a formação de cidadãos planetariamente responsáveis.

Neste intuito, este trabalho busca averiguar as idéias de EA trazidas transversalmente por Paulo Freire em quatro livros da sua autoria: *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Esperança*, *Educação e Atualidade Brasileira* e *Professora Sim, Tia Não*.

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Quando se procura refletir e avaliar reais indicadores de desenvolvimento humano e de conservação ambiental, constata-se que chegou a um ponto de coabitação no planeta, onde são mais graves as evidências de esgotamento dos recursos naturais, pondo em risco toda uma coesão cultural e até o futuro das sociedades humanas (VINHAS, 2003).

O relacionamento das sociedades humanas com a natureza teve início com o mínimo de interferência nos ecossistemas, contudo hoje culmina na forte pressão exercida sobre os recursos naturais. Destas relações surge o conflito: desenvolvimento e meio ambiente.

Hoje, a maior parte da sociedade vive como se fosse a última geração, não se importando com as conseqüências de suas atitudes geradas para o presente e o futuro. A qualidade de vida do homem depende de qualidade e estabilidade do ambiente onde ele vive, trabalha e detém o seu sustento. Ar e água poluídos, alimentos contaminados por agrotóxicos e outros tipos de poluição urbana e industrial, afetam drasticamente a qualidade de vida da população, tudo isso fruto do mercado mundial que vem acelerando prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Esse desenvolvimento por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média (MARX & ENGELS, 1998). Em paralelo ao desenvolvimento deste modelo de sociedade vê-se relegado, também, o meio ambiente, que se configura como principal fonte de geração e sustentação das sociedades de consumo iniciadas com a Revolução Industrial.

O homem deve se lembrar que ele junto com os demais elementos bióticos e abióticos compõe o meio ambiente, e sem eles seria impossível a sobrevivência. Assim, a preservação destes elementos dos ecossistemas é indispensável para o equilíbrio do homem com a natureza (FAVETTA *et al.*, 2003)

Sabe-se que a intensa demanda por recursos naturais deriva de uma formação técnica capitalista, cuja base é a produção e o consumo em larga escala e que a lógica dessa formação que rege todo o processo de exploração da natureza é o lucro (VINHAS, 2003). Dessa forma, a mudança do paradigma economicista é condição necessária para estabelecer o desenvolvimento com justiça e equidade. Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser economicamente factível, ecologicamente apropriado, socialmente justo, incluyente, culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação (GUTIÉRREZ, 1999). O bem-estar não pode ser só social.

A incorporação das questões ecológicas nas decisões econômicas e reflexões sócio-políticas tem na construção do conceito de desenvolvimento sustentável um referencial que assume visibilidade e que coloca o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza e, portanto, devem contrapor-se tanto os objetivos de atender as necessidades humanas e do outro lado, seus impactos, e dentre estes, aqueles que afetam a base ecológica. A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sócio-políticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades (JACOBI, 2003, 2005).

A entrada da natureza ou meio ambiente no campo da política pode ser vista como uma ampliação da esfera pública, na medida em que os destinos da vida conquistam um espaço crescente como objeto de discussão política na sociedade. Na política, não há mágicas, fatalismos, determinismos religiosos. Há possibilidades decorrentes de correlação de forças, concretizáveis a partir da intervenção humana. Dessa forma, a inserção do meio ambiente à política é justificável pelo simples fato de que o conceito aqui assumido para a política denota o poder que esta tem para gerir as questões ambientais, não numa ótica de destruição e sim de consumo consciente, simplesmente, partindo da intervenção humana.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E MEIO AMBIENTE: A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A discussão acerca da necessidade de uma educação libertadora nunca pareceu tão atual. Aparentemente, parece haver consenso generalizado entre sociedade, governo, empresários, mídia, intelectuais, entre outros e, portanto, entre capital e trabalho, acerca da constituição de uma sociedade livre, emancipada, tendo como ponto de partida a formação dos indivíduos. Nos mais diversos discursos, a ênfase tem sido a mesma: sem educação não é possível a construção de uma nova sociedade. Contudo é necessário perguntar: qual é a concepção de sociedade, de educação e de indivíduo a partir da qual se coloca como horizonte o projeto de construção de uma sociedade livre, emancipada? (BERTOLDO, 2006).

A educação está num momento em que a sensibilidade dos profissionais de educação incorpora novas temáticas nas pesquisas, novas dimensões do ser humano, novos conteúdos e saberes nos currículos, novas fontes de informação, novas linguagens e novos processos de construção do conhecimento (ARROYO, 1996). Trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. Busca a superação da civilização do dinheiro e do capital que transforma tudo em mercadoria – a terra, a água, o ar, a vida, os sentimentos, as convicções.

Logo, a EA se caracteriza por incorporar estas novas necessidades do processo educacional, pois engloba as dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a EA deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1998).

Para fazê-lo a EA deve capacitar ao pleno exercício da cidadania através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de

viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim, um dos pilares deste processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional. O desafio da educação, neste particular, é o de criar as bases para compreensão holística da realidade (DIAS, 1998).

Os parâmetros curriculares nacionais trazem o ensino do meio ambiente dentro desta visão holística: a questão ambiental, envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos, acarreta discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento (BRASIL, 1998).

Dentro desta mesma perspectiva, Paulo Freire discutia que o conhecimento é construído de forma integradora e interativa associando a alfabetização à politização e traz a educação como prática da liberdade (GODOTTI, 2005; BERTOLDO, 2006) que aponta o caminho para a superação dos dilemas do modelo neoliberal, que é caracterizado por um modelo excludente, onde o mercado e o consumo exercem função definidora das políticas educacionais, influenciando os objetivos e a organização do trabalho escolar, fornecendo os conhecimentos e os recursos humanos necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

Este mesmo modelo social é responsável pelo agravamento da crise ambiental, uma vez que a demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim de demandas quantitativas e qualitativas desses recursos.

A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação de saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes (JACOBI, 2003).

Enfatizando a necessidade de criar vínculos, da amizade, das relações sociais e humanas, GADOTTI (1997) aborda que Paulo Freire desenvolveu estudos relacionados à aproximação do homem com seu meio, embora o tema ambiental não seja específico nas obras de Freire, mas um tema transversal, que perpassa ética, estética e pedagogicamente, toda a sua obra (ANDREOLA, 2005) e a influência dos seus trabalhos alcança as mais diversas áreas do saber: pedagogia, filosofia, teologia, antropologia, ecologia, serviço social, entre outras (FREIRE, 2005).

Por fim, esses estudos realizados por Freire, hoje estão definidos como Ecopedagogia e tem por finalidade reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos vivos e o desperdício, a poluição sonora,

visual, a poluição da água e do ar para intervir no mundo, no sentido de reeducar os habitantes do planeta, revertendo a cultura do descartável, ou seja, a aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável. Logo, a educação é pré-requisito básico para a construção do desenvolvimento sustentável e da consciência planetária (GUTIÉRREZ, 1999).

PAULO FREIRE – CONSTRUINDO UM NOVO REFERENCIAL TEÓRICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo neste contexto as ações em Educação Ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas, técnico-científicas, institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental despontam também as atividades no âmbito educativo (BRASIL, 2005).

A educação só pode ser entendida no contexto das relações sociais em que nasce. A transmissão da cultura, mesmo em organizações sociais primitivas, é feita através de práticas formalizadas, envolvendo agentes dotados de um mínimo de especialização (CASTANHO & CASTANHO, 2005).

Para FREIRE (2005), não havia educação neutra. O processo educativo é um ato político, uma ação que resulta em relação de domínio ou liberdade entre as pessoas. A educação assume, também, uma ação cultural que é relacionada ao processo de consciência crítica e, como educação problematizadora, objetiva ser um instrumento de organização política do oprimido. Sendo assim, a cultura apresenta caráter primordial na intervenção humana aos ecossistemas.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e toda a comunidade, escolar ou não, numa perspectiva interdisciplinar.

A educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mais até que uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas (BRASIL, 2005).

Na Pedagogia da Autonomia Paulo Freire aborda uma característica humana bastante interessante para a discussão travada até o presente momento: “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes de impensáveis exemplos de baixa e indignidade” (FREIRE, 2005b); estes “poderes” humanos citados refletem que os homens também podem intervir da mesma forma no meio ambiente. Há muitas formas de ver a biosfera. Cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada por temperamento e educação. E nossas respostas à natureza – ao mundo – são tão diversas quanto nossas personalidades (SOULÉ, 1997). Nesta perspectiva, as diferentes ações e relações dos seres humanos com a natureza, serão determinadas, principalmente, pelo livre arbítrio inerente a cada indivíduo e desta forma não há uma abordagem única para a educação ambiental, uma vez que esta terá de atingir uma grande diversidade de formas de enxergar o mundo. Está dentro do próprio homem a capacidade de potencializar ou minimizar os problemas gerados ao meio.

Ainda na Pedagogia da Autonomia, é enfatizado o papel do ser humano como sujeito modificador ativo da sua realidade:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2005b).

Para DAMÁSIO (2001), o ambiente deixa sua marca no organismo de diversas maneiras e num contexto educacional, por sua vez, a pertinência desta idéia pode significar a busca de novas perspectivas de ensino, que considerem os alunos como indivíduos complexos e que a aprendizagem depende tanto de poder do raciocínio quanto dos elementos considerados subjetivos, como os sentimentos ligados ao prazer, à satisfação, às crenças e à motivação em aprender. Mais uma vez, Paulo Freire pode ser inserido neste contexto:

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética (FREIRE, 2005b).

Na EA podem-se enfatizar ainda duas concepções. A primeira é uma prática de investigação na qual os problemas ambientais seriam identificados por um diagnóstico preliminar, sendo a ação educativa proposta e dirigida pelo pesquisador com base nesse diagnóstico e o conhecimento produzido e interpretado a partir da coleta e análise dos dados do diagnóstico e da ação educativa. Na segunda, têm-se uma prática de investigação em que os problemas ambientais seriam identificados, discutidos e selecionados (para intervenção) por todos os participantes

– os sujeitos do grupo social aqui se tornariam “parceiros” de pesquisa – segundo o critério de seleção de problemas ambientais significativos para os sujeitos sociais. A ação educativa ambiental, seria, desta forma, proposta e construída coletivamente por todos os participantes e o conhecimento exigido e gerado pelo e no processo educativo seria produzido coletivamente a partir das necessidades reais de conhecimento sobre a realidade a ser transformada (TOZONI-REIS, 2003).

Esta segunda concepção apresenta traços bastante evidenciados em Freire, na Educação e Atualidade Brasileira, ao relatar a importância da participação dos sujeitos na resolução dos problemas: “daí, toda a ênfase de nossa experiência à frente do Sesi ter recaído no chamamento do operário ao debate, não só dos seus, mas dos problemas comuns. Dos problemas do seu bairro. De sua cidade” (FREIRE, 2001).

Assim, surge uma EA que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social de formação da cidadania (CARVALHO, 2001). Esta compartilha com essa visão a idéia de que a vocação da educação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade e toda obra de Paulo Freire é perpassada por esta óptica do processo educacional:

O ponto de partida para esta prática compreensiva é saber, é estar convencida que a educação é uma prática política. Daí, repetamos, a educadora é política (FREIRE, 1993).

(...) questionamentos pessoais em relação ao meio e reconhecimento dos direitos como cidadãos: por que não aproveitamos a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes? (FREIRE, 2005).

(...) por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? (FREIRE, 2005).

Minha experiência vinha me ensinando que o educando precisa de se assumir como tal, mas, assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento (FREIRE, 2006).

Em síntese, os elementos elencados acima são essenciais para práticas de EA, uma vez que esta é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável do ambiente em que vivem e o processo de formação deve surgir na fundamentação e apropriação do conhecimento na prática crítica e reflexiva. Além é claro de fundamentar um dos objetivos da EA trazidos pelo BRASIL (2005) que é de promover processos de educação ambiental voltados para

valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formulações e fundamentos relevantes para a construção do senso crítico que é relatado nas obras de Freire podem ser traçados paralelamente com uma educação ambiental voltada para as relações sociais e são fundamentadas e intercaladas a partir da importância do diálogo, da percepção de intervenção e manipulação da realidade no processo de ensino-aprendizagem, relação igual entre o educador-educando, a valorização do

conhecimento do educando, e reflexão crítica como elementos da libertação, o indivíduo como sujeito que busca sua emancipação.

Por fim, o saber ambiental deve transpor e superar a esfera da racionalidade e da visão fragmentada, incorporando a diversidade e complexidade das relações homem-natureza (sem dicotomias, mas sim integradas), a integração dos setores na busca de soluções para a crise ambiental. A pedagogia freiriana traz uma importante contribuição teórico-metodológica para a prática da nova concepção de EA (transformadora) quando busca estimular a consciência do educando a partir da problematização dos temas geradores, que trabalha a percepção do indivíduo acerca do mundo e sua inserção consciente na dinâmica desse mundo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO MG. 1996. Assumir nossa diversidade cultural. **Revista de Educação – AEC** 98: 92-50.
- ANDREOLA BA. 2005. O andarilho da esperança. **Viver mente e cérebro: Memórias da Pedagogia**. Edição Especial: 78-83.
- BERTOLDO E. 2006. Educação Libertadora. *In*: XVI ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIOLOGIA.
- BRASIL. 1998. **Parâmetros curriculares nacionais – Terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, Temas transversais**. Brasília, Ministério da Educação e Desporto.
- BRASIL. 2005. ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Ministério da Educação.
- CARVALHO ICM. 2001. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável** 2: 41-51.
- CASTANHO ME & SEM CASTANHO. 2005. Revisitando os objetivos da educação. *In*: IPA (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus.
- DAMÁSIO AR. 2001. **O erro de Descartes**. São Paulo: Cia das Letras.
- DIAS GF. 1998. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia.
- FAVETTA L, JA. TRAVIOLI & WA. MELLO. 2003. A relação do homem com o meio ambiente. *In*: I ENCONTRO REGIONAL DO ENSINO DE BIOLOGIA. **Anais...** Feira de Santana: Sociedade Brasileira do Ensino de Biologia, versão eletrônica.
- FREIRE AMA. 2005a. Utopia peregrina. **Viver mente e cérebro: Memórias da Pedagogia**. Edição Especial: 17-29.
- FREIRE P. 1993. **Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água.
- FREIRE P. 2001. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- FREIRE P. 2005b. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE P. 2006. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI M. 1997. Lições de Freire. **Revista da Faculdade de Educação** 23(1).
- GADOTTI M. 2005. O plantador do futuro. **Viver mente e cérebro: Memórias da Pedagogia**. Edição Especial: 6-15.
- GUTIÉRREZ F. 1999. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez.
- JACOBI PR. 2003. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa** 118: 189-205.
- JACOBI, PR. 2005. Educação Ambiental: o desafio da construção de m pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e pesquisa** 31: 233-250.
- MARX K & F ENGELS. 1998. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados** 12: 7-46.
- SOULÉ ME. 1997. Mente na biosfera; mente da biosfera. *In*: EO. WILSON (org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TOZONI-REIS MFC. 2003. Pesquisa em Educação Ambiental na universidade: produção de conhecimentos e ação educativa. *In*: JLB TALOMONI & AC SAMPAIO (org.). **Educação Ambiental: da prática à cidadania**. São Paulo: 2003.
- VINHAS MC. 2003. **Crise ambiental e o papel do estudante como agente transformador – Estudo de caso: Município de Teodoro Sampaio – Bahia**. Monografia: Universidade Estadual de Feira de Santana.